

A ESCRAVIDÃO NO PARÁ: CONTEXTO, SINGULARIDADES E IMPACTOS

Harlon Romariz R. Santos¹
Novembro de 2014

Introdução e contexto

O presente texto surge como requisito da disciplina Pensamento Político Brasileiro, ofertada pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. O ensaio busca apresentar argumentos e dados que corroboram com a proposição de que houve negros no Pará, de que houve escravidão na Amazônia e de que tal instituição/prática teve características e efeitos/impactos muito particulares nessa região.

O ensaio se baseia, sobretudo, em dados históricos e em reflexões do pensamento político e social brasileiro. O texto está organizado no sentido de, primeiramente, tecer considerações gerais sobre as particularidades políticas, sociais e econômicas da região amazônica, sobretudo no Pará. A partir dessas considerações contextuais o texto caminha no sentido de apresentar a escravidão nesse Estado e de perceber seus impactos e reminiscências atuais, bem como considerações reflexivas e críticas sobre o tema, ao final.

O estado do Pará é onde está a maior população que se autodeclara como Negro ou Pardo, e possui a décima primeira maior população de negros entre os vinte e sete estados da federação (COSTA, 2014). Além disso, o Pará é o estado que mais apresenta casos de escravidão no Brasil de hoje (RUTOWITZ, 2014), e convive com esse negativo dado, aparecendo inclusive em relatórios internacionais, apresentando um número elevado de escravos que vivem em situações precárias e de servidão em fazendas mata a dentro.

Contextos políticos, econômicos e sociais

A distância dos grandes centros urbanos do País, bem como o vasto território geográfico já são descritores a comunicar um pouco da história e especificidade deste Estado. O Pará surge inicialmente como um grande território, chamado de Maranhão e Grão Pará pelos portugueses. O que hoje chamamos de Amazônia brasileira era o Maranhão-Grão Pará do século XVI ao XVIII, ao longo do tempo esse território vai se dividindo, diferenciando as províncias do Maranhão e Pará, bem como as províncias mais ao oeste.

Um primeiro fato relevante para este ensaio está na criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que fora encabeçada pelo grande reformista português,

¹ Mestrando em sociologia pelo PPGS da Universidade Federal do Ceará. Contato: harlon.romariz@gmail.com.

Marquês de Pombal. Diante da proibição da escravidão indígena no Estado do Grão-Pará e Maranhão e diante da necessidade de conter a influência jesuíta, Marquês de Pombal instituiu a Companhia e coloca-a sob a responsabilidade de seu irmão. A Companhia podia explorar o Comércio, adentrar os rios e traficar escravos. Possuía recursos para investimento e monopólio no transporte Naval e podia dispor da proteção da Armada Real para cumprir com seus objetivos comerciais e de exploração (COELHO, 2011). A ideia de uma Companhia para alavancar o desenvolvimento não era nova, pois ainda em 1682 tentou se criar a Companhia de Comércio do Maranhão. Essa primeira tentativa surgiu como solução diante do conflito entre colonos e jesuítas em torno da mão escrava indígena. O historiador Vicente Salles (1971, p. 5) comenta:

“Os colonos desejavam ardentemente obter escravos em condições vantajosas de comercialização. Logo foram atraídos pela caça aos selvagens, com a finalidade de aplicar o braço escravo como suporte de suas lavouras. Interpondo-se neste negócio os jesuítas contrariavam os interesses dos colonos”.

Salles (1971) comenta que o objetivo inicial dessa primeira Companhia era o de trazer 10.000 negros em 20 anos e já com um preço estipulado de 100 mil réis cada negro. A Companhia acabou não se fixando. As consequências foram de um desenvolvimento econômico tacinho e Salles (1917, p. 6) comenta que “a experiência agrícola dos portugueses no Pará continuava desenvolvendo-se muito lentamente. Aí também os colonos pouco se interessavam pelas peças da África, que lhes chegavam escassamente e por um preço elevadíssimo”.

É interessante notar que nas duas tentativas de criação de Companhias comerciais, a mão de obra escrava estava presente como solução. A Companhia criada por Marquês acabou tendo sucesso por uma série de fatores, dentre eles a abertura do tráfico negreiro para a Amazônia. Assim, fica fácil perceber como o desenvolvimento mercantil colonial no Brasil dependia da mão de obra escrava vinda da África. Tal relação é considerada por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) quando diz que o tráfico de negros não era uma coisa secundária e amalhoada como uma prática de menor importância. Franco (1997) considera que o desenvolvimento mercantil da época necessitou do tráfico de escravos africanos e que tal prática foi essencial para o tipo de desenvolvimento que se queria no então Brasil colônia. Há um certo consenso histórico que a região amazônica só começa de fato a se desenvolver comercialmente e materialmente com a implantação da CGPM (Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão) pelo Alvará Régio de 7 de junho de 1755 por D. José I, que incluía a vinda de negros (SALLES, 1971; COELHO, 2011). Coelho (2011, p. 26) afirma que

“Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em mais uma carta enviada ao irmão [Marquês de Pombal], reclamou da falta de atividades produtivas na região. Ele falava da dificuldade de conseguir trabalhadores, de nomear militares, de conseguir alimentos para as diversas expedições que deveriam percorrer o território amazônico. Tudo para ele era pobreza, escassez e falta, em uma região que reconhecia como [potencialmente] rica”.

Coelho (2011) lembra que as regiões brasileiras mais produtivas do século XVII estavam no litoral da Bahia e Pernambuco. Algo precisava ser feito na região amazônica, por isso, a grande presença portuguesa no Pará, sobretudo na região de Belém e do início mais sistemático da vinda de mão de obra negra. Salles (1971) apresenta dados históricos que mostram que nos 22 anos de CGPM foram introduzidos 14.749 escravos só no Pará, vindo diretamente da África. Salles (1971) afirma que haviam também, outros movimentos internos de escravos vindo para o Pará, muitos da Bahia e Mato Grosso, e que acabavam por não aparecer nas contagens navais.

Essas considerações históricas já mostram certas singularidades no processo de ocupação e desenvolvimento na Amazônia. Belém estaria no lado espanhol do Tratado de Tordesilhas, e a presença portuguesa na região precisou ser forte para garantir a integridade do território. Belém torna-se um posto de controle e proteção de todo o território amazônico (COELHO, 2011; GUZMÁN, 2012).

Outros fatos interessantes sobre a região estão relacionados a uma certa inclinação à noção de autonomia e independência em relação ao restante do território brasileiro. Essa inclinação se mostrou forte em 1823, quando depois de mais de um ano o Pará aceita a independência do Brasil em relação à Portugal e concordando fazer parte da nova Nação. O Pará foi o último Estado a aceitar a Independência do Brasil e só o fez diante das esquadras do almirante John Grenfell, que a mando de Pedro I, estacionou seus navios na entrada de Belém e ameaçou ataque. Quatro dias depois a elite paraense assina a adesão e institui o feriado de 15 de Agosto de 1823, quando o Pará resistentemente aceita fazer parte do Brasil (RICCI, 2014). A Revolta Popular do Cabanos no período regencial também trazia, entre outras demandas, a independência do território.

O pensador político Tavares Bastos é um dos autores queridos e lidos no Pará. Vários logradouros em Belém e no interior recebem seu nome em homenagem ao seu pensamento. As bibliotecas universitárias paraenses trazem coleções significativas de exemplares de suas obras. Bastos (1975) é autor do livro *A Província*, nessa obra ele defende a descentralização política do Império e busca enaltecer a autonomia provincianas para questões de cunho político e econômico. Bastos acredita em soluções locais para problemas locais. Esse pensamento foi do agrado da elite paraense e o seu livro *Vale do Amazonas* mostra seu interesse pela região.

Essa aproximação com esse tipo de pensamento (descentralizador), corrobora com a ideia de que o Pará possuiu uma certa inclinação à autonomia e independência, que acabou por nunca se realizar.

Essa, entre outras considerações demonstram certas especificidades políticas, sociais e econômicas que marcam a região amazônica, sobretudo o Pará, a unidade administrativa mais antiga da região. Sua particularidade histórica e influência portuguesa marcaram de forma diferente a região e desembocando em características específicas. Essas especificidades também se fazem na escravidão, que acabou por ser diferente daquela que aconteceu no litoral brasileiro e mesmo no interior central do Brasil.

A singularidade da escravidão no Pará

A escravidão no Pará assim como no resto do Brasil, acabou sendo necessária para o desenvolvimento mercantil colonial. No entanto, a escravidão no Brasil, sobretudo no litoral, se deu na forma do *plantation*, com grandes latifúndios, com as Casas Grandes, como as relatadas por Freyre, com a plantação de cana-de-açúcar ou algodão, monoculturas fortes e voltadas para a exportação. No Pará a escravidão foi fortemente direcionada para pequenas propriedades, para serviços urbanos e para o extrativismo (ACEVEDO, CASTRO, 1993).

Dados históricos

Aqui são apresentados alguns dados históricos que demonstram a presença de negros em Belém e na então Província do Pará. Essa presença se deu em proporções diversas ao longo do tempo, mas que chegou a uma representatividade singular. Em 1791 o então governador Francisco de Sousa Coutinho enviou para Lisboa um mapa da população de Belém (SALLES, 1971, p. 69).

Tabela 01 – Mapa da População de Belém (1791)

Branco	4.423	51,6%
Pretos (escravos)	3.051	35,6%
Pretos, índios e mestiços (libertos)	1.099	12,8%

Quando da Independência do Brasil, o Major Baena ficou incumbido de organizar um censo estatístico da população da província. O levantamento ficou incompleto, mas houveram dados coletados em Belém, especificamente nas duas principais freguesias (grandes bairros),

que entraram na contagem (SALLES, 1971, p. 71). É interessante notar, na Tabela 01 e 02, a considerável proporção de negros escravos na cidade de Belém. Essa presença chega a proporções semelhantes a de outras cidades mais reconhecidamente como cidades com alto fluxo de negros escravos. Em meados do século XVIII e início do século XIX a proporção de negros em Belém chegou a 45% da população total (ACEVEDO, CASTRO, 1993). Salles (1971) indica que em Belém houve uma grande concentração de negro em relação ao interior da província do Pará. Isso pode ser explicado pela centralização do desenvolvimento político e econômico na região norte-nordeste do Pará.

Tabela 02 – Levantamento estatístico da população de Belém em 1822.

Freguesias (Bairros)	Branços	Libertos*	Escravos**	% de Escravos	Total
Sé	2.574	450	2.942	49,31%	5.966
Campina	3.069	659	2.777	42,69%	6.505
Total	5.643	1.109	5.719	45,85%	12.471

* Inclui: indianos pretos e mestiços.

** Inclui: africanos e crioulos.

Tavares Bastos cita, em seu livro *O Vale do Amazonas*, dados extraídos do relatório do Presidente da Assembleia Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1862. Relatório esse apresentado na Assembleia Legislativa da Província do Pará na 2ª sessão da XII Legislatura em 01 de setembro de 1862 (SALLES, 1971, p. 75). O quadro mostra uma proporção menor de escravos em relação à Belém, mas ainda uma proporção considerável.

Tabela 03 – Quadro da população da província do Pará

Anos	População livre	População escrava	% população escrava	Total
1854	167.909	30.847	15,52%	198.756
1862	185.300	30.623	14,18%	215.923

Singularidades

É preciso reconhecer que a principal mão de obra na região foi de fato a mão de obra nativa, no entanto

“[...] a presença africana na região não pode ser desconsiderada. [...]Em primeiro lugar, não se repensar a idéia de que a mão-de-obra africana teria sido inexpressiva porque o ‘ciclo das drogas do sertão’ teria se valido exclusivamente da mão-de-obra indígena. Em segundo lugar, não se aprofundar a reflexão sobre os ‘diferentes empreendimentos agrários’ na região, que dependiam da mão-de-obra escrava. E, finalmente, o fato de se tentar explicar a Amazônia a partir do modelo da *plantation* da região açucareira. Justamente como a Amazônia não teria se enquadrado nesse modelo, o negro “se tornou um elemento ausente na construção da sociedade amazônica”. (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 79, grifo do autor).

A tradição anterior de desconsiderar a presença do negro na Amazônia se deu pela direta associação que se teve entre negro e *plantation*. Essa tradição, originada em Manuel Nunes Pereira e Arthur Cezar, tentava pintar uma ausência do negro no processo de colonização da Amazônia (CHAMBOULEYRON, 2006). Essa tradição desconhecia estudos históricos mais profundos e não concebiam a atividade no escravo negro em atividades que não fossem o grande latifúndio. A questão que se coloca hoje, é a de que os negros desenvolveram diversas atividades, ligadas ao desenvolvimento econômico da região. As especificidades do trabalho negro na Amazônia, e sobretudo no Pará, se caracterizaram por atividades relacionadas a agricultura de pequeno porte, à pecuária, ao extrativismo e também por serviços urbanos. Algo de interessante, está no fato de que houve um tipo de integração diferente entre nativos e negros, fazendo dos negros aprendizes dos segredos da natureza, sendo bem aproveitados, em determinadas regiões, para o extrativismo (ACEVEDO, CASTRO, 1993). Na própria literatura há registros dessas singularidades. O escritor paraense Inglês de Souza, em seus *Contos Amazônicos (1893)*, retrata negros na pecuária e no extrativismo. A presença de Quilombos na Amazônia e a integração desses negros com a natureza, saberes e usos, também corroboram com a noção de uma atividade negra na Amazônia, que se deu de forma muito específica e diferente daquilo que se viu em outras regiões do Brasil colônia (ACEVEDO, CASTRO, 1993).

Salles (1971) fala da força de trabalho escravo negra no Pará e indica a prevalência de escravos de proprietários particulares. Muitos desempenhavam funções específicas, profissões artífices, sobretudo nas áreas urbanas. Salles (1971) fala de sapateiros, ferreiros, pedreiros e escultores negros antes mesmo da abolição. Salles (1971) faz a diferença entre escravos urbanos e escravos rurais, fala de escravos para aluguel e os domésticos. Nas cidades existiam negros para trabalhos braçais, como carregadores, mas também negros tipógrafos e pintores.

É obvio que a escravidão nunca se deu de forma homogênea em todo o vasto território brasileiro. É importante reconhecer que em todas as regiões houveram peculiaridades e particularidades interessantes. Esse avanço no trato histórico da escravidão ajuda a pensar como os processos e instituições acabam por ganhar formatos e características próprias, e que análises mais generalizantes podem fazer-nos perder de vista a riqueza dos fatos em suas localidades e

particularidades. A escravidão na Amazônia e no Pará se deram de maneira diferente daquela que ocorria no litoral leste brasileiro. As grandes matas, a impossibilidade de grandes monoculturas, a presença de rios, a densa floresta, a existência singular de nativos indígenas, o interesse de Portugal em proteger o território, entre outras características ajudam a pensar essas particularidades.

Reminiscências da escravidão hoje

A escravidão nos dias atuais parece não ter terminado como prática. Obviamente que a instituição escravidão não figura como um elemento importante na sociedade de mercado, pelo contrário, é um elemento do atraso. A questão é que, mesmo com todos os avanços do capitalismo e dos direitos humanos, ainda temos cerca de 27 milhões de escravos em todo o mundo (COCKBURN, 2003). Essa prática ainda persiste no Brasil e o Pará é o líder entre os estados brasileiros (SIQUEIRA, 2010).

A densidade da mata, o atraso no desenvolvimento e a fraca presença do Estado fazem dos rincões paraenses um lugar fértil para a prática da escravidão. A característica de uma escravidão mais particularizada parece ainda permanecer nesse território. A escravidão no Pará, sobretudo no interior, parece ser anacrônica. Como se fosse uma prática isolada e desconexa da realidade e desenvolvimento externo. Esse afastamento da Amazônia dos grandes centros urbanos brasileiros e o difícil acesso à região, faz com que processos muito diferentes se deem, e no caso, práticas negativas e desumanas.

Nesse sentido podemos fazer referência ao pensamento de Joaquim Nabuco, que brilhantemente defendia o fim da escravidão no Brasil. Nabuco (2003) considera que a escravidão era um entrave para o desenvolvimento pleno da nação, do país. Uma sociedade moderna, de mercado nunca poderia se instituir de forma plena tendo que conviver com uma instituição retrógrada e detratadora da ordem moral e cívica. Assim, é viável fazer uma análise da situação em que se encontram muitos territórios onde a escravidão é latente, como no caso do Pará. É coerente dizer que a modernidade ainda não chegou em toda a sua plenitude em regiões como o Oeste do Pará, onde a Lei e a postura liberal ainda permanecem submetida à uma lógica de expropriação, autoritarismo e mando tradicional.

Joaquim Nabuco (2003) considerava importante a integração do negro à sociedade nacional. Essa integração deveria se dar de forma plena, por meio da educação. Ele ainda defendia ser o Estado Brasileiro o principal autor de interferência nesse processo, trabalhando para que a grande massa de negros libertos pudessem agora adentrar de forma mais firme ao mercado e a nova lógica produtiva. Isso não aconteceu no Brasil, muito menos no Pará. É

possível dizer que a integração do negro no Pará se deu mais fortemente do ponto de vista da cultura (ACEVEDO, CASTRO, 1993), com incorporação das práticas nativas por parte dos negros e do contrário, nativos e brancos incorporando as práticas e conteúdos dos negros.

Talvez aqui há algo de semelhante na escravidão do Pará em relação ao Brasil. A integração do negro não se deu de forma plena, mas foi marginalizado e localizado no lado pobre da sociedade.

Imagem e metáfora como considerações finais

Para termos de considerações finais, segue a Figura 01, que apresenta-se como representativa dessa não integração do negro na sociedade brasileira, e na sociedade paraense.

Figura 01 – Praça da República e jovem negro descalço



A figura 01 é uma foto, de um autor desconhecido, faz parte de um rico Álbum de Belém, apresentado pelo Intendente Antônio Lemos à Câmara Municipal, em 1906. São dezenas de fotografias, artisticamente trabalhadas, cuja impressão esteve a cargo de Philippe Renouard, Rue de Saint-Peres, 19, Paris. O jovem negro retratado de forma paralela viveu numa

cidade rica, a 4ª maior do país naquele período. A riqueza da *Belle-Époque* está por toda parte, inclusive no chão da praça que esses pés, descalços, pisam. A riqueza e a opulência daqueles dias da era de ouro da borracha estavam erguidas bem ali, em palácios de mármore importada da Europa. Mas, esses pés, repito, viveram e morreram sem jamais entrar nesses colossos que, não obstante, estavam tão perto e, ao mesmo tempo, tão inacessíveis. Não se sabe nenhum detalhe acerca desse habitante de Belém. Ele passou pela história invisível, sem face, sem identidade própria, porque o que interessou a elite foi tão somente sua energia para trabalhar, o seu suor derramado de sol a sol a troco de quase nada. Um ser sem história, eis um sonho acalentado pelas elites. A figura 02, mostra com mais detalhe esse jovem negro, filho ou neto de escravo (talvez) e que anda pela Praça da República, posando para a foto de alguém que queria registrar a opulência da cidade, na época. O jovem está descalço, mostrando sua condição social: de alguém que dificilmente pudesse conseguir um sapato, ou que estava alheio a esse uso culturalmente. Essa foto (Figura 01) parece vigorar como metáfora da integração do negro e anuncia sobre as dificuldades que o negro teve e ainda tem para se integrar a sociedade, mas se integrar por cima, detendo bens de produção, capital cultural, renda e prestígio.

Figura 02 – Jovem negro descalço e Teatro da Paz ao fundo.



As singularidades da escravidão no Pará parecem não ter contribuído para uma melhor situação desse negro. Pelo contrário, o retardo desenvolvimento na região contribuiu para o acirramento da pobreza dessa classe de pessoas, que vieram do continente africano e que se miscigenaram. Que se misturaram culturalmente ao novo território e a novos grupos, mas que foram expropriados, subjugados e marginalizados geograficamente e em termos de classificações sociais.

Uma relação de escravidão ainda se faz presente no Pará e os contextos sociais, políticos e econômicos que marcam a região mostram que muito tempo ainda será necessário para a modernização e a liberalização dessas pessoas e grupos que se fecham nos rincões da floresta. A forte presença da escravidão é um elemento importante para pensarmos essa prática dentro de uma lógica maior de funcionamento econômico, e dentro de uma percepção mais estrutural e histórica, que marcam a região. Marcas essas que fazem sobressair suas dificuldades em se integrar – falando de forma macro – na sociedade nacional e nos fluxos internacionais, fluxos esses de economia, mas também de pensamentos e ideias modernas.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

BASTOS, Tavares. **A província**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 79-114. 2006.

COCKBURN, Andrew. **Escravos do século 21**. National Geographic, 41, São Paulo: set. 2003.

COELHO, Mauro Cezar. **Fundação de Belém**. Belém: Estudos Amazônicos, 2011.

COSTA, Fabiano. Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo. **G1 Brasil**, Brasília, 05 nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GUZMÁN, Décio de Alencar. **Guerras na Amazônia do século XVII**: resistência indígena à colonização. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

RICCI, Magda. Adesão do Pará à Independência do Brasil completa 191 anos. **Portal UFPA**, Belém, 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=9380>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

RUTOWITZ, Ruy. Pará é líder em casos de trabalho escravo. **TV Brasil EBC**, Belém, 2014. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/para-e-lider-em-casos-de-trabalho-escravo>>. Acesso em 20 nov. 2014.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará**. Rio de Janeiro: FGV e UFPA, 1971.

SIQUEIRA, Túlio Manoel Leles. O trabalho escravo perdura no Brasil do século XXI. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, v. 52, n. 82, p. 127-147. 2010.